

Exmos Senhores,

Juntamos o parecer do STCCMCS - Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares, Construção, Madeiras, Mármore e Cortiças do Sul e Regiões Autónomas ao diploma, publicado na **Separata DAR n.º 22 de 22 Setembro de 2020**:

- **Projeto de lei n.º 611/XIV/2ª (PEV) - Repõe a duração de 90 dias para o período experimental para trabalhadores à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração (Alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro).**

Com cumprimentos

A Direcção do STCCMCS
Nuno Gonçalves

APRECIÇÃO PÚBLICA

Diploma:

Proposta de lei n.º ____/XIII (...ª) **Projeto de lei n.º 611/XIV/2ª (PEV)** Proposta de alteração

Repõe a duração de 90 dias para o período experimental para trabalhadores à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração (Alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro) (Separata DAR nº 22 de 22 Setembro de 2020)

Identificação do sujeito ou entidade (a):

STCCMCS-Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares, Construção, Madeiras, Mármore e Cortiças do Sul e Regiões Autónomas

Morada ou Sede: Rua Cidade de Liverpool, 16 – 1.º Piso

Local : LISBOA

Código Postal: 1170-097 LISBOA

Endereço Eletrónico: geral@stccmcs.pt

Contributo: Subscrevemos o Parecer emitido pela CGTP-IN:

Na opinião da CGTP-IN, o aumento do período experimental para desempregados à procura de primeiro emprego e de longa duração, constituiu a consagração de mais uma forma de precariedade laboral, desprotegendo, ainda mais, um grupo de trabalhadores que já de si extremamente fragilizado, pois é por entre estes que se encontram os focos mais graves e persistentes de desemprego, de baixos salários e precariedade laboral.

Neste sentido, como sempre denunciámos, a proposta de lei n.º 93/2019, de 4 de Setembro, suportada num acordo entre o grupo parlamentar do PS com os partidos da direita (PSD e CDS), representou mais uma via aberta para a exploração da precariedade laboral, assente na utilização deste período experimental alargado como forma de contratação de curto prazo, sem qualquer tipo de direitos ou garantias para quem trabalha, criando todo um espaço de desregulação e desprotecção dos trabalhadores visados.

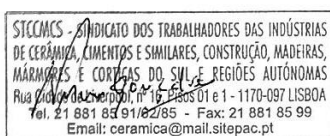
Ao invés de os proteger ou, pelo menos, de garantir o mínimo de protecção que é típica – e assim mesmo insuficiente - dos contratos a termo, o PS, PSD e CDS, optaram por precarizar, de forma absoluta, a contratação destes trabalhadores, libertando, por exemplo, a entidade patronal, do pagamento da compensação por caducidade do contrato a termo, num ataque sem precedentes ao princípio da segurança no emprego, constitucionalmente consagrado.

Mesmo o indirecto reconhecimento do erro cometido, nomeadamente através de uma alteração ao Regime Jurídico da protecção social da eventualidade de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, prevendo a subsunção destas regras às situações de cessação do contrato de trabalho durante o período experimental, tal não foi suficiente para que o Governo recusasse e propusesse a revogação da alteração introduzida no regime do período experimental.

Ora, como propõe o PEV, a revogação da excepção contida no n.º 1 alínea b) ponto iii), a qual estabelece os 180 dias de período experimental para os trabalhadores atrás referidos, merece o apoio da CGTP-IN. Já no que respeita à proposta de alteração do n.º 4 do artigo 112.º do Código do Trabalho, levanta-se a questão de se a revogação da susceptibilidade de de estágios profissionais contribuírem para a redução ou exclusão do período experimental, se constitui uma medida vantajosa para os trabalhadores a abranger.

Lisboa, 03 Fevereiro de 2021

Assinatura:



(a) Comissão de trabalhadores, comissão coordenadora, associação sindical, ou associação de empregadores, etc.